



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. VII (2006)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Rocio Sánchez Rubio; Isabel Testón Núñez; Carlos M. Sánchez Rubio (eds.), *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y Las Indias. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004, 141 pp. + 246 pp. de sts.: col.; 31 x 43 cm. ISBN 84-688-6295-2* [recensão]

Francisco Roque de Oliveira 

Como Citar | How to Cite

Oliveira, Francisco Roque. 2006. «Rocio Sánchez Rubio; Isabel Testón Núñez; Carlos M. Sánchez Rubio (eds.), *Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y Las Indias. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004, 141 pp. + 246 pp. de sts.: col.; 31 x 43 cm. ISBN 84-688-6295-2* [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* VII:412-419. <https://doi.org/10.57759/aham2006.37732>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities[re]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2006. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2006. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

não deve ser considerada completamente estranha à cultura ibérica da época; no segundo, Ernst van den Boogaart estuda em detalhe o contexto de produção de uma conhecida pintura de Albert Eckhout de uma dança índia, encomendada por Maurício de Nassau.

George Cabral de Souza, outro dos organizadores do volume, trata das repercussões da dominação holandesa em Pernambuco posteriores à retirada da WIC do Brasil. Seguem-se dois artigos que versam, de diferentes modos, os contactos dos holandeses com a América espanhola: Enriqueta Vila Vilar debruça-se sobre a presença neerlandesa nas Caraíbas durante o século XVII, enquanto Clície Adão analisa a visão apresentada pelo cronista neerlandês Gaspar Barleus da região chilena, que os holandeses visitaram infrutiferamente na primeira metade do século XVII. O livro conclui-se com um estudo de Oscar F. Hefting e outro de Hans van Westing, ambos baseados, como o artigo de Marcos Albuquerque, em fontes arqueológicas, e que sumariam os resultados de investigações de arqueólogos holandeses no Forte Orange, em Itamaracá.

Cremos que o breve resumo que acabámos de fazer dá bem a ideia do interesse da obra em questão, que constitui sem dúvida um contributo de valor para a bibliografia da história da presença neerlandesa no Brasil e na América ibérica em geral.

ANDRÉ MURTEIRA

Mestre em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Investigador do Centro de História de Além-Mar da FCSH-UNL.

Rocio SÁNCHEZ RUBIO; Isabel TESTÓN NÚÑEZ; Carlos M. SÁNCHEZ RUBIO (eds.),
Imágenes de un Imperio Perdido: el Atlas del Marqués de Heliche – Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y Las Indias. [Mérida], Presidencia de la Junta de Extremadura, 2004, 141 pp. + 246 pp. de ests.: col.; 31 x 43 cm. ISBN 84-688-6295-2

Apesar da existência do chamado *Atlas do marquês de Heliche* ser conhecida, há vários anos, por parte de um número restrito de especialistas em cartografia antiga ¹, os créditos pelo seu efectivo resgate e divulgação pública pertencem por direito próprio aos três responsáveis pela sua recente redescoberta ocasional e pela edição crítica ora saída a lume: as historiadoras Rocío Sánchez Rubio e Isabel Testón Núñez (Universidade de Extremadura) e o documentalista Carlos Sánchez Rubio. A obra em causa foi encadernada com o título «Plantas de diferentes Plazas de España, Italia, Flandres y Las Indias» e integra o espólio da secção Handritade Kartverk (vol. 25) do Arquivo Militar de Estocolmo, o Krigsarkivet. Este Atlas foi encomendado no início da década de 1650 por D. Gaspar de Haro y Guzmán, marquês de Heliche e, mais tarde, sétimo marquês del Carpio (1629-1687). Desenhou-o Leonardo de Ferrari, um relativamente obscuro pintor bolonhês residente em Madrid. O trabalho foi entregue ao marquês em 1655. Pouco depois da sua morte, passou para a posse do erudito e diplomata sueco Johan Gabriel Sparwenfeld (1655-1727), que o encaminhou para a Suécia em 1690 – talvez via Lisboa num barco sueco carregado de sal. Por decisão real, foi trasladado para o Krigsarkivet em 1880. É composto por 131 esboços de cidades e fortalezas, vistas e representações de cercos e batalhas, correspondendo a 104

¹ Ver Erland F. JOSEPHSON, «Plantas de diferentes plazas... Presentation av en atlas på Krigsarkivet», in *Meddelanden från Krigsarkivet*, 9, 1982, pp. 259-273; Magnus MÖRNER & Aare MÖRNER, *Spanien i svenska arkiv. Arkivguide/ España en los archivos de Suecia. Guía de archivos*, Estocolmo, Riksarkivet [Arquivo Nacional da Suécia], 2001, pp. 44-49.

lugares distintos. Estes cobrem as principais fronteiras e zonas de tensão da Monarquia Hispânica, incluindo espaços europeus e ultramarinos entretanto perdidos *de facto* por efeito da restauração da independência de Portugal: Península Ibérica (guerras da Catalunha e Portugal), Itália, Flandres, França, Países Baixos e colónias ultramarinas (na América espanhola e na África e Índia portuguesas).

Sobrinho-neto do conde-duque de Olivares, de quem herdou o nome, e filho primogénito de D. Luis Méndez de Haro, principal ministro do rei Filipe IV de Espanha a partir de 1644, D. Gaspar de Guzmán viria a ser Grande Chanceler do *Consejo de Indias*, embaixador em Roma, Conselheiro de Estado e de Guerra e vice-rei de Nápoles. A sua figura cruzou-se por duas vezes com a história de Portugal: quando foi capturado pelos portugueses na batalha do Ameixial (1663) e quando, por indicação da regente Mariana de Áustria, agiu em Lisboa como plenipotenciário incumbido de assinar o tratado de paz entre Espanha e Portugal (1668). Em qualquer caso, este conjunto de desempenhos políticos e militares não chega a ser tão citado quanto a circunstância de ter sido um notável bibliófilo, um generoso mecenas do teatro e da música e um dos maiores colecionadores privados de obras de arte da sua época – a época em que Filipe IV, a nobreza cortesã e até a burguesia de Espanha exibiram um interesse sem par pelo coleccionismo artístico, em particular pelo de natureza pictórica². De resto, não será coincidência que o Atlas tenha sido encomendado a um pintor (que, manifestamente, reproduziu, uniformizou e embelezou um conjunto heteróclito de imagens de carácter militar que lhe foi cedido) e não a um engenheiro, arquitecto ou cosmógrafo (R. Sánchez Rubio et al., «Plantas de diferentes Plazas...», pp. 19-21).

A encomenda feita a Ferrari inscreve-se na primeira fase da vida de D. Gaspar, quando este ainda não desempenhara nenhuma das missões em que mais tarde se destacou mas, em todo o caso, num momento em que, como monteiro-mor e gentil-homem da Câmara de sua Majestade, desfrutava da confiança de Filipe IV e talvez acalentasse a ambição de vir a suceder a seu pai com valido do rei. Encomenda privada, destinada a ser folheada num pequeno círculo cortesão, alia a representação coerente de informação militar sensível e a objectividade característica da «geografia utilitária» à qualidade própria da cartografia de «aparato» ou de «ostentação». Uma preocupação parece dominar a obra: representar apenas as vitórias e as praças conquistadas durante o *valimiento* do conde-duque de Olivares ou a *privanza* de D. Luis de Haro, ignorando derrotas e praças perdidas.

No prólogo à presente edição, o hispanista britânico John H. Elliott assinala a afinidade que este Atlas exhibe com a uma extensa série de obras cartográficas produzidas por encargo régio, a mais próxima das quais será a *Descripción de España y de las costas y puertos de sus reynos* compilada pelo cartógrafo português Pedro Teixeira, em 1634, a qual foi também recentemente impressa pela primeira vez («Prólogo», p. 15)³. Em qualquer caso, pensamos que esta última ideia deve ser matizada com a lembrança de que estes dois Atlas apresentam, apesar de tudo, claras diferenças entre si, tanto na temática e no espaço coberto pelas representações, como ao nível da qualidade do desenho. Seja como for, a propósito do carácter quase-régio da encomenda do *Atlas de Heliche* e da provável origem da generalidade dos materiais que a suportaram, importará acrescentar que o marquês não apenas teria acesso aos mapas e planos de cidades e fortalezas que pertenciam ao

² Ver J. H. ELLIOT, *España y su mundo, 1500-1700*, traducción de Ángel Rivero Rodríguez y Xavier Gil Pujol, Madrid, Alianza Editorial, 1991, p. 334.

³ Felipe PEREDA & Fernando MARÍAS (eds.), *El Atlas del Rey Planeta. «La descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos» de Pedro Teixeira (1634)*, Madrid, Editorial Nera, 2002.

arquivo de trabalho do seu progenitor, como também ao fundo documental de Olivares, o qual passara para as mãos de D. Luis em 1650. Este incluía preciosidades como a colecção de mapas coloridos do cosmógrafo João Baptista Lavanha, a qual pouco depois foi cedida ao bibliófilo Cornelio Pedersen Lerche, embaixador da Dinamarca em Madrid (R. Sánchez Rubio et al., «Plantas de diferentes Plazas...», pp. 21 e 28; p. 40, n. 111).

Nas citadas páginas introdutórias a esta edição, Elliott passa ainda em revista a conjuntura político-militar que enquadra a realização do trabalho de Ferrari e a forma com a aceleração dos acontecimentos nos cenários mais problemáticos, tanto na Europa como além-mar, parece ter forçado a conclusão apressada de um Atlas que se revestia de enorme interesse para a leitura que os ministros reais poderiam fazer sobre a localização e estado das defesas fronteiriças, portos e presídios da Monarquia («Prólogo», pp. 16-17). A fracassada conferência de paz de Madrid (1656), que tentou resolver a contenda com a França e na qual D. Luis de Haro interveio como plenipotenciário de Filipe IV, pode ajudar a compreender o porquê da entrega de um Atlas inacabado (R. Sánchez Rubio et al., *ibid.*, p. 21). Em qualquer caso, será difícil equacionar outro factor para além da urgência no acabamento da obra – ou, então, a hipótese do artista se ter visto subitamente impossibilitado de prosseguir o seu labor – de modo a explicar a inclusão de três planos de Cádiz contra nenhum de Lisboa, de Barcelona ou do reino de Nápoles, relativamente poucos da Flandres e igualmente nenhum de Cadaqués, sitiada e tomada pelos franceses na Primavera de 1655. Aliás, basta passar os olhos pelo traço hiper-esquemático ou pelas molduras vazias de legendas de muitos dos seus desenhos para se chegar a idêntica conclusão.

No segundo artigo colectivo que assinam neste volume, os seus editores recapitulam as grandes linhas da política exterior da Monarquia Hispânica delineadas no princípio da década de 1620, sob a batuta de Olivares, as quais viriam a ser irrevogavelmente condicionadas a partir de meados da década seguinte, quando o início do despique hispano-francês pela supremacia na Europa acabasse por se repercutir em vários dos principais espaços do império (Itália, Países Baixos meridionais, Portugal e Catalunha, em particular), forçando a queda do conde-duque e levando à gestão menos activa e intervencionista nos assuntos europeus que Haro protagonizou na segunda metade do reinado de Filipe IV – e, em definitivo, depois da derrota sofrida em Rocroi pelo exército espanhol da Flandres (1643) ter oficializado o crepúsculo da Espanha. Como se recorda nesse texto, a efémera recuperação espanhola diante da França que acontece nos anos da *Fronde* tem o seu ponto alto no começo da década de 1650, quando Filipe IV logrou anular a política italiana de Mazarino, recuperou praças vitais nos Países Baixos meridionais e reconquistou a maior parte da Catalunha. Ora – e como insistem os mesmos autores – esse fogo-fátuo de vitórias coincide precisamente com a encomenda feita a Ferrari (R. Sánchez Rubio et al., «Las imágenes del Atlas en su contexto histórico», pp. 39-41).

Cerca de dois anos depois do Atlas ter sido encadernado e confiado a quem o encomendara, Filipe IV aproveita a morte de D. João IV para lançar a invasão de Portugal a partir da Estremadura espanhola, campanha reatada no ano seguinte sob comando do próprio D. Luis de Haro e que terminará com a vitória portuguesa de Elvas (Janeiro de 1659). Pouco depois de ter sofrido essa derrota pesada na frente lusa, caberá ainda a D. Luis negociar e assinar com o cardeal Mazarino o Tratado dos Pirenéus (Novembro de 1659) – e, com as garantias obtidas na ilha dos Faisões, ganhar novo ânimo para ponderar a rápida reconquista de Portugal⁴. Entre os estudos que acompanham este livro, inclui-se um clássico texto de Antonio Domínguez Ortiz (1959) consagrado a esse tratado que veio pôr fim a quase um quarto de século de guerra aberta entre a França e a Espanha. Tornam a poder ler-se aí alguns dos aspectos mais relevantes da conjuntura que enquadrou o

⁴ Ver Rafael VALLADARES, *La rebelión de Portugal. Guerra, conflicto y poderes en la Monarquía Hispánica (1640-1680)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, 1998, pp. 161-168.

encargo do *Atlas de Heliche*, perspectivando-se com particular clareza o modo como a cedência espanhola a tais negociações denunciou um império exangue («España ante la Paz de los Pirineos», pp. 77-88).

Não menos reveladora é a reconstituição do contexto que favorece a compra do Atlas por parte de Sparwenfeld quando este visitou Madrid em missão instruída pelo rei Carlos XI da Suécia para a pesquisa de antiguidades godas e a decifração dos vínculos que, na linha de Olof Rudbeck e da sua célebre *Atlântida* (Upsala, 1679-1702), os *goticistas* sustentavam existirem entre os reis visigodos e os escandinavos⁵. Os termos gerais desta viagem (1689-1690) são-nos oferecidos pelos três editores desta obra (R. Sánchez Rubio et al., «Plantas de diferentes Plazas...», pp. 30-31), enquanto Magnus Mörner se encarrega da sua análise circunstanciada («La adquisición sueca del Atlas por Johan Gabriel Sparwenfeld», pp. 105-109). Para o que mais nos importa, haverá que notar que, entre os muitos livros e documentos adquiridos pelo erudito sueco aos livreiros de Madrid, a colecionadores particulares ou aos herdeiros da Casa del Carpio encontravam-se alguns dos planos e mapas originais manuseados por Ferrari para a composição do Atlas (entre os quais as plantas do Forte de S. Julião da Barra e de Lagos), diverso material cartográfico executado para D. Gaspar pelo engenheiro militar Ambrosio Borsano, assim como um «Compendium geographicum», correspondente a uma primeira versão do sumptuoso Atlas que Pedro Teixeira entregou ao rei em 1634, esta dedicada ao primeiro marquês de Leganés (hoje na Biblioteca da Universidade de Upsala e que também só há poucos anos foi editado)⁶.

A despeito da escassez de dados disponíveis – ou precisamente por isso –, outro tanto há a dizer do breve inquérito apresentado sobre a esquiva figura de Leonardo de Ferrari. É aventada a hipótese de se tratar de um discípulo do pintor Lucio Massai sobretudo conhecido pela obra de temática religiosa que se encontra dispersa por várias igrejas e conventos de Bolonha, mas também versátil noutros géneros, como a caricatura. Nesse sentido, ganha particular interesse a sugestão que associa a sua presença em Madrid ao ressurgimento da actividade teatral que decorre do matrimónio de Filipe IV com Mariana de Áustria e à forte influência italiana que os géneros teatrais e cenográficos cortesãos receberam nessa época dourada. E é a propósito disto mesmo que se evocam as funções que competiam ao marquês de Heliche como alcaide, que também era, de quase todas casas de campo do monarca, funções que o levaram a projectar algumas das mais espectaculares representações e festas a que a corte então assistiu (R. Sánchez Rubio et al., «Plantas de diferentes Plazas...», pp. 31-32)⁷.

Como começámos por referir, a geografia dos pouco mais de 100 lugares cobertos pelas representações insertas no *Atlas do marquês de Heliche* traduz aquelas que eram então as frentes mais problemáticas da Monarquia Hispânica. Ainda que a ordenação dos respectivos planos no interior do códice não seja exactamente esta, temos o seguinte para o espaço europeu e periferia magrebina: na Península Ibérica, as fronteiras pirenaica, catalã e portuguesa (apesar de tudo, a frente portuguesa é relativamente pouco representada no Atlas, talvez em resultado de se estar perante uma frente de guerra «congelada»); em Itália, os presídios da Toscana, o controlo do «caminho espanhol» (entre Génova/Finale e o passo alpino de Valtelina) e, sobretudo, o Estado de Milão e territórios limítrofes; nos Países Baixos, Dunquerque, Mardick, Courtrai e Flesinga (como dito, outro

⁵ Ver Pierre VIDAL-NAQUET, *L'Atlantide. Petite histoire d'un mythe platonicien*, Paris, Les Belles Lettres, 2005, pp. 75-78 e 83-96.

⁶ Pedro TEIXEIRA, *Compendium geographicum*, Madrid, Fundación Alvargonzález; Museo Naval; Uppsala Universitet, 2001.

⁷ Ver E. BÉNÉZIT, *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs de tous les temps et de tous les pays*, vol. 3, Paris, Librairie Gründ, 1955, p. 724; Louise K. STEIN, «Música», in Frank P. CASA et al. (dirs.), *Diccionario de la comedia del Siglo de Oro*, Madrid, Editorial Castalia, 2002, p. 221.

caso de clara sub-representação de um espaço de grande valor estratégico para a Monarquia, talvez explicável pelo facto do Atlas ter sido idealizado após a assinatura da paz de Münster); as fortificações sicilianas, vitais para a defesa do Mediterrâneo, tal como os enclaves norte-africanos de Orão, Mazalquivir, Mamora e Tânger, decisivos para a guarda do estreito de Gibraltar; e as praças peninsulares atlânticas de Cádiz, Aiamonte, Castro Marim, Tavira, Lagos e S. Gião (ou Julião da Barra), que haviam permitido aos Áustrias assegurar o funcionamento da *Carrera de Indias*, controlar as costas do Algarve e o acesso marítimo a Lisboa. Aqui, importará assinalar que, ao invés do pretendido pelos editores desta obra, nem S. Gião foi erigido em local escolhido por Filipe II de Espanha (confusão entre o Bugio e as obras de ampliação da Torre de S. Julião gizadas durante o domínio filipino pelo engenheiro militar Giacomo Palearo ou «Fratino»⁸), nem Lagos corresponde a um «enclave localizado en el cabo de San Vicente» (entre o mais, confusão com Sagres) – cf. R. Sánchez Rubio et al., «Las imágenes del Atlas...», pp. 66 e 67.

Entre as 56 plantas de cidades, 48 fortalezas e enclaves defensivos, 18 desenhos corográficos em forma de vistas com carácter paisagístico e 9 cenários de batalhas que integram este Atlas, apenas dez imagens ilustram espaços do desaparecido império colonial hispano-português. Uma vez mais, a sua aparente qualidade de trabalho interrompido extemporaneamente poderá justificar a escassa lista de territórios africanos, asiáticos e americanos representados por Ferrari. Callao (Lima) e duas fortificações da cidade de Havana (Morro e San Salvador) são as únicas praças americanas presentes, não constando sequer Santo Domingo e Cartagena de Indias. As restantes correspondem às cidades ou às fortalezas da Ribeira Grande, na ilha cabo-verdiana de Santiago, S. Jorge da Mina (à data já em mãos holandesas), Moçambique e Damão.

Conhecendo vários dos mapas e planos originais utilizados por Ferrari, sabemos que, regra geral, este copiou de forma fiel os respectivos modelos, respeitando o ângulo com que haviam sido traçados, a que muitas vezes se seguiu a recriação do entorno com recurso a mais do que um ângulo de visão. Trata-se de uma técnica cartográfica habitual, mas que, ao não ter sido aplicada pelo italiano segundo um critério uniforme, acaba por traduzir uma liberdade mais própria de um pintor que de um cartógrafo profissional (R. Sánchez Rubio et al., «Plantas de diferentes Plazas...», pp. 35-36). Apesar de tudo, a sua «Planta de la Cívda. de Cabo Verde» (est. 61) é um bom exemplo daquilo que de melhor nos oferece, devendo ser notado que a mesma apresenta semelhanças assinaláveis com a gravura da Ribeira Grande de Johannes van Keulen (c. 1635) que pertence à colecção de iconografia do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)⁹. Em contrapartida, nenhuma das três detalhadas plantas de S. Jorge da Mina que constam do *Atlas de Heliche* (ests. 64-66) tem o que quer que seja em comum com esquemas como os propostos por Georg Braun-Jan Jansson, O. Dapper, Caspar Barlæus ou Johannes Vingboons nem – por maioria de razão – com as anteriores representações simbólicas dessa fortaleza insertas na generalidade das cartas portuguesas de pequena escala¹⁰.

⁸ Ver Lívio da Costa GUEDES, *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII – A «Des-cripção» de Alexandre Massaii (1621)*, vol. 2, *Tratado*, Lisboa, Arquivo Histórico Militar, 1989, p. 138, n. 98; Carlos P. CALLIXTO, *São Julião da Barra – Os primeiros anos*, Lisboa, Câmara Municipal de Oeiras, 1990, pp. 9-36 e 51-53.

⁹ Rep. in Luís de ALBUQUERQUE & Maria Emília Madeira SANTOS (coords.), *História Geral de Cabo Verde*, vol. 1, Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical; Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991, capa e contracapa. Cf. Avelino Teixeira da MOTA, «Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde», in *Garcia de Orta*, 9 (1), 1961, ests. 5-7.

¹⁰ Ver Luís SILVEIRA, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, vol. 2, *África Ocidental e África Oriental*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [1950], ests. 203-211.

A nosso ver, a sua «Planta de Monsâbique» (est. 62) patenteia outro caso interessante: além de bastante mais apurada que as aguarelas pertencentes às sucessivas versões do *Livro das Plantas das Fortalezas do Estado da Índia Oriental* (onde sabemos que se mesclam os protótipos utilizados por Godinho de Erédia, António Bocarro, Barreto de Resende e João Teixeira)¹¹, é-o também em relação ao desenho de «Moçambique» que integra o Atlas de Erédia guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, o qual corresponde à mais antiga colectânea conhecida de plantas das praças portuguesas do Oriente¹². Já na planta de «La Ciudad de Damão» (est. 67) assinada por Ferrari começamos por reconhecer a *trace italienne* da sua imponente muralha em forma de decágono irregular orientado no sentido nascente-poente, com dez bastiões em espigão, encerrando uma malha urbana ortogonal, cuja referência é dada pelo quadrado do (reformado) fortim muçulmano preexistente. Em todo o caso, também aqui o desenho incluído no *Atlas de Heliche* parece desentender-se da iconografia mais divulgada: por um lado, representa com particular cuidado a área envolvente da cidade-fortaleza de Damão, mas falha o traçado da planta do Forte de S. Jerónimo, elevado na margem norte do rio Sandalcalo em 1614-1627¹³; por outro, representa a quadrícula urbana de um modo bastante mais preciso do que qualquer das versões conhecidas do *Livro das Plantas* que retomam o modelo de Erédia¹⁴; por último, no Atlas surge traçado com cor diferente o que parece ser o projecto de uma segunda muralha de feição italiana, hexagonal, sendo que quatro das suas faces interceptam a retícula quase geometricamente perfeita da malha urbana intramuros, enquanto as restantes se sobrepõem a parte substancial das muralhas do lado do mar.

No derradeiro dos ensaios académicos que introduzem esta primeira edição do *Atlas de marquês de Heliche*, Richard L. Kagan disserta sobre a estreita ligação que terá existido entre a afirmação no vocabulário político da Europa, ao longo do século XVII, do conceito de soberania territorial, os esforços que vários Estados então desenvolvem no sentido de conseguirem um maior conhecimento tanto de geografia como de cosmografia e, finalmente, o aparecimento da denominada «cartografia oficial» na corte de Filipe IV. Sem esquecer a tradição vinda dos tempos de Carlos V e, sobretudo, do reinado de Filipe II – durante o qual os mapas se converteram, em definitivo, num instrumento recorrente de governo¹⁵ –, Kagan cita o empenho que Filipe III colocou no estudo das costas algarvias, brasileiras e da Terra do Fogo e termina detendo-se na série de ambiciosas encomendas cartográficas impulsionadas a partir do ministério de Olivares, todas elas de claro perfil político e estratégico e, por isso mesmo, por regra representativas da categoria dos *arcana imperii*, ou segredos do monarca: as várias versões da referida *Descripción de España* de Pedro Teixeira; o *Livro que dá razão do Estado do Brasil* (c. 1627) de João Teixeira Albernaz (códice que se encontra no Rio de Janeiro e cujo frontispício ostenta o escudo de armas do segundo marquês de Heliche¹⁶); os vários Atlas universais atribuídos ao mesmo João Teixeira que têm no datado de c. 1628 («Atlas Duchesse de Berry») o mais antigo exemplar

¹¹ Ver *id.*, *ibid.*, ests. 437, 439, 440, 444, 445, 451 e 452.

¹² Ver *id.*, *ibid.*, est. 435.

¹³ Ver Sabine CHOUKROUN, «Damão: a Fortaleza e o seu Distrito», in Mafalda Soares da CUNHA (coord.), *Os Espaços de um Império – Estudos*, Lisboa, Comissão dos Descobrimentos, 1999, pp. 133-135.

¹⁴ Ver L. SILVEIRA, *Ensaio de Iconografia*, vol. 3, *Ásia Próxima e Ásia Extrema*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, s.d. [1956], ests. 510, 552-556; Armando CORTESÃO & Avelino Teixeira da OTA (eds.), *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. 4, Lisboa, s. ed., 1960, ests. 471F e 511; *id.*, *ibid.*, vol. 5, ests. 583E, 583F e 383G.

¹⁵ Ver Geoffrey PARKER, *El éxito nunca es definitivo. Imperialismo, guerra y fe en la Europa moderna*, traducción de Marco Aurelio Galmarini y Pepa Linares, Madrid, Taurus, 2001, p. 101

¹⁶ Ver A. CORTESÃO & A. T. da MOTA, *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. 4, pp. 99-101.

conhecido¹⁷; os mapas e planos da *Vista de las Islas y Reyno de la Gran Canaria* (1634) de Iñigo de Briçuela e Prospero Casola Cota; enfim, o próprio *Atlas de Heliche*, que aqui se considera que seguiu o conceito e o desenho da obra de Nicolas (*alias* Christophe) Tassin *Les Plans et profils de toutes les principales villes et lieux considerables de France* (Paris, 1634), cuja cópia figurava na biblioteca privada de Filipe IV (R. L. Kagan, «La cultura cartográfica en la corte de Felipe IV», pp. 91-101)¹⁸. A estes exemplos deveríamos agregar objectos como o assinalado *Livro das Plantas* que o cronista da Índia Portuguesa António Bocarro compilou em 1635 a pedido do rei.

É ainda Kagan quem nos lembra o ponto decisivo da relativa escassez de mapas produzidos em Espanha durante o século XVII, associando esse aparente paradoxo à manutenção em vigor da antiga política de sigilo cartográfico que vinha dos tempos de Fernando e Isabel. A propósito, sublinha as nefastas consequências que daí advieram para a indústria privada da cartografia e, em última análise, para a qualidade global dos mapas. Como também escreve, não será por acaso que os principais cartógrafos ou desenhistas associados a Filipe IV são estrangeiros: Lavanha e os irmãos Teixeira, portugueses; Casola Cota e Ferrari, italianos; Jan Karel Della Faille, flamengo (R. L. Kagan, *ibid.*, pp. 101-103)¹⁹.

Naturalmente, nem mesmo a afamada colecção de obras cartográficas que Filipe IV reuniu na Torre Alta do Alcázar de Madrid – catalogando autores como De Veer, Ortelius, Braun-Hogenberg, Rosaccio, Sgrooten ou o supradito Tassin, por exemplo²⁰ – serve para elidir esta realidade. Também não é suficiente para tanto a constatação de que grandes personagens da Corte, como Heliche, no seu afã de emularem o gosto régio pelos mapas, acabaram reunindo um número maior ou menor de composições cartográficas. É que o marasmo verificado na cartografia já pesava tanto ou tão pouco nesta época que dava azo a episódios como o protagonizado pelo cosmógrafo real de Espanha J. K. Della Faille, que na década de 1630 tratou de convencer o monarca a submeter a província da Holanda baseando-se para tanto no *Atlas* de Mercator²¹... O preço de tudo isto será elevadíssimo, conforme se percebe notando que, quando se chega ao reinado de Filipe V, além de não existir um mapa geral da Espanha, quase não existe cartografia válida para a América e para as possessões do Pacífico, do mesmo modo que faltam à armada espanhola as mais elementares cartas hidrográficas²².

Até pela escassíssima colecção de cartas de praças ultramarinas que incorpora, o *Atlas do marquês de Heliche* espelha bem a decadência inexorável da tradição cartográfica nacional. O mais corrente é inferir daqui que tal situação era tão-só o reflexo do declínio

¹⁷ Ver *id.*, *ibid.*, pp. 79-91, 107-118 e 123-124.

¹⁸ Ver Mireille PASTOREAU, *Les Atlas français XVIe-XVIIe siècles – Répertoire bibliographique et études*, Paris, Bibliothèque nationale, 1984, pp. 437, 451-467.

¹⁹ Sobre J. K. Della Faille, ver: Víctor NAVARRO BROTONS, «Los jesuitas y la enseñanza, asimilación y difusión de los saberes y prácticas científicas en la España del siglo XVII», in Luís Miguel CAROLINO & Carlos ZILLER-CAMENIETZKI (coords.), *Jesuítas, Ensino e Ciência. Séculos XVI-XVII*, Casal de Cambra/Évora, Caleidoscópio; Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora, 2005, pp. 147-150.

²⁰ Ver Fernando BOUZA, «Cultura de lo geográfico y usos de la Cartografía entre España y los Países Bajos durante los siglos XVI y XVII», in *De Mercator a Blaeu – España y la edad de oro de la cartografía en las Diecisiete Provincias de los Países Bajos*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1995, pp. 58-59.

²¹ Ver G. PARKER, *El éxito...*, p. 122.

²² Ver Rodolfo NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, «Historia de la cartografía española», in *La cartografía de la Península Ibérica i la seva extensió al continent americà*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p. 187.

da posição internacional da Espanha que decorre entre os reinados de Filipe II e Filipe IV. Foi Geoffrey Parker quem, a propósito disto, ensaiou a leitura inversa, ao sustentar que a indigência em que ia caindo a cartografia espanhola funcionava, antes do mais, como agente da própria decadência da monarquia: «Um governo que carecia de ferramentas cartográficas necessárias para organizar os seus recursos e para projectar o seu poder, e que recorria, em contrapartida, a Atlas gerais antiquados para o planeamento estratégico, já não era uma potência imperial convincente»²³. Visto por este prisma, o título dado a esta obra – *Imágenes de un Imperio Perdido* – ganhará ainda mais sentido.

FRANCISCO ROQUE DE OLIVEIRA

Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa
Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Afonso de Albuquerque – O César do Oriente, prefácio introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2006 (303 pp.).

Sabemos que neste país é hábito inveterado acocorarmo-nos diante dos estrangeiros, reputando *a priori* excelente tudo o que, com conhecimento de causa ou sem ele, escrevam sobre Portugal. Deve ter sido essa atitude atávica o que escusou o editor de ter pedido a um dos professores de História das Expansões Portuguesas nas nossas universidades, a um dos numerosos investigadores do CHAM, ou a qualquer outro especialista da matéria um parecer sobre a publicabilidade desta obra. E assim nos achamos perante o facto lastimoso de a colecção «Grandes Vultos da História de Portugal» abrir com um livro em que se lêem disparates do calibre do seguinte: «...o filho de D. João [II], o rei D. Manuel I, o *Venturoso*...» (p. 16); e mais adiante, a confirmar que se trata de real ignorância do autor e não de mero *lapsus calami*: «em 1495 morreu D. João II e sucedeu-lhe seu filho D. Manuel I» (p. 20). Nos nossos tempos de escola chegaria uma calinada assim para chumbar um aluno no exame de Instrução Primária!

Além disso afigura-se que o autor não tem ideias claras sobre a história portuguesa, pois parece colocar a conquista de Tânger, em 1471, e a batalha de Toro, em 1476, no reinado de D. João II. Por outro lado, esquecendo aparentemente a existência de D. João II, aceita que, à morte de D. Afonso V, Albuquerque, que matara um homem por questões de honra, se tenha exilado em Marrocos sob o sucessor deste, até que D. Manuel o perdoou; mas admite ao mesmo tempo – sem qualquer fundamento documental – que Albuquerque tenha ajudado entretanto a planear as viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias!

Seja como for, de 1982, data em que, ao que parece, a introdução foi redigida, para cá, muita investigação se fez sobre a época manuelina, o que torna o livro, já medíocre nesse tempo, inteiramente caduco em 2006. Para se fazer uma ideia de quão desactualizado está o estudo introdutório de John Villiers a esta recolha textos dos dois Albuquerques, pai e filho, basta compará-lo com a colectânea de estudos de Jean Aubin (*Le Latin et l'Astrolabe*, 3 vols, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, Paris, 1997-2006), com a dos de Geneviève Bouchon (*Inde Découverte, Inde retrouvée, 1498-1630 – Études d'histoire indo-portugaise*, ibidem, 1999), com a biografia de Albuquerque pela mesma autora (*Albu-*

²³ G. PARKER, *El éxito...*, cit. p. 122.